

## ERN-DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

## Termo de Referência 11/2026

## Informações Básicas

Número do artefato UASG

11/2026

Editado por

456546-ERN-DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR REJANE MARINHO DE SOUZA

Atualizado em

31/03/2026 09:46 (v 0.4)

Status

ASSINADO

## Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

93/2026

Processo Administrativo

01510136.000052/2026-18

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

## 1.1. Aquisição de instrumentais de uso odontológico.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO SOLICITADO
1	BANDEJA USO MÉDICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: LISA, DIMENSÕES: CERCA DE 25 X 15 X 1 CM, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL.	440162	Unidade	15
2	CABO ESPELHO BUCAL - MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO OITAVADO TIPO USO AUTOCLAVÁVEL	413300	Unidade	30
3	DESCOLADOR ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO FORMATO: DESTACA PERIÓSTEO, MODELO: MOLT.	413449	Unidade	5
4	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO, CABO C/ SILICONE ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL COM PONTAS EN TITÂNIO MODELO: N° 02 TIPO USO: P/ APLICAÇÃO E ESCULTURA DE RESINA COMPOSTA	427838	Unidade	5
5	ESPÁTULA 36 PARA MANIPULAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL, REGISTRO NA ANVISA.	240954	Unidade	5

6	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA EM INOX FLEXÍVEL. PARA MANIPULAÇÃO DE CIMENTO ENDODÔNTICO. AUTOCLAVÁVEL	444212	Unidade	10
7	PLACA P/ ESPATULAÇÃO - ESPESSURA CERCA DE 10 MM FORMATO: RETANGULAR MATERIAL: VIDRO	436847	Unidade	
8	PONTA PARA ULTRASSOM, TIPO INSERTO, SUBGENGIVAL, COMPATÍVEL COM O APARELHO MARCA ALT SONIC, MODELO JET CERAMIC, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	420040	Unidade	20
9	PONTA PARA ULTRASSOM, TIPO INSERTO, SUBGENGIVAL, COMPATÍVEL COM O APARELHO MARCA DABI MODELO ATLANTE-NEO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	420041	Unidade	20
10	SONDA ODONTOLÓGICA PERIODONTAL - MODELO WILLIAMS, APLICAÇÃO: PERIODONTAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DE AÇO INOXIDÁVEL, MILIMETRADA, CABO COM DUAS PONTAS. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	414215	Unidade	8
11	TESOURA INSTRUMENTAL COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 12 CM ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL HASTE: HASTE RETA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO 1: GOLDMAN FOX TIPO PONTA: PONTA CURVA	471619	Unidade	5
12	TESOURA INSTRUMENTAL COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 12 CM ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL HASTE: HASTE RETA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO 1: GOLDMAN FOX TIPO PONTA: PONTA RETA	471617	Unidade	5
13	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO SERRILHADA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: DUPLO, CABO OCO TIPO USO: INSERÇÃO DE FIO RETRATOR GENGIVAL	427301	Unidade	5
14	AFASTADOR LANGENBECK DUPLO, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	473923	Unidade	2
15	AFASTADOR LANGENBECK REDUZIDO, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	473912	Unidade	2

16	AFASTADOR HARGIS, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	474035	Unidade	2
17	AFASTADOR OBWEGESER 40 X 30MM, , USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	473979	Unidade	2
18	AFASTADOR OBWEGESER PARA RAMO 65MM, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	473977	Unidade	2
19	ALVEOLOTOMO LUER CURVO, ESTERILIZÁVEL, EM AÇO INOXIDÁVEL, PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADA, GARANTIA DE 10 ANOS, NO MÍNIMO, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	413399	Unidade	2
20	CINZEL PARA DISJUNÇÃO PALATIANA, SVERZUT, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	427909	Unidade	1
21	CINZEL WAGNER COM PONTA OLIVA PARA SEPTO NASAL, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	601527	Unidade	2
22	CINZEL WAGNER CURVO 8MM X 15 CM, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	601525	Unidade	2
23	ESPÁTULA PONTA V, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	418081	Unidade	6
24	GANCHO DE BARROS, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	483151	Unidade	2

25	GANCHO PARA MOVIMENTAÇÃO TESSIER, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	601105	Unidade	2
26	MARTELO LUCAE 250G , USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	395677	Unidade	2
27	PAQUÍMETRO TIPO RÉGUA, ÁREA DE MEDIÇÃO 100MM, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	449837	Unidade	1
28	CAIXA P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICA: C/ TAMPAS E FUROS, S/ TRAVA, DIMENSÕES: CERCA DE 50 X 30 X 10 CM	480573	Unidade	3
29	PINÇA ODONTOLÓGICA, PORTA GRAMPO, AÇO INOXIDÁVEL, PONTA CURVA COM SULCO, COM TRAVA, PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO	252895	Unidade	8

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns*, pois se tratam de materiais de consumo cujos **padrões de desempenho e qualidade são amplamente definidos e padronizados no mercado**, permitindo sua descrição de forma objetiva no Termo de Referência.

1. Tais materiais são usualmente comercializados por diversos fornecedores, sem necessidade de desenvolvimento específico ou soluções personalizadas, o que possibilita a definição clara de suas especificações técnicas, características e requisitos de fornecimento.
2. Além disso, não demandam avaliação técnica complexa ou especializada para sua seleção, sendo suficientes critérios objetivos de julgamento, como o menor preço, sem prejuízo da qualidade.
3. Dessa forma, evidencia-se que os bens se enquadram no conceito de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses contados da assinatura do Termo de Aceite do Empenho (Anexo III), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A presente contratação é destinada **exclusivamente à participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI)**, conforme disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei Complementar Estadual nº 675/2020, **conforme justificativa constante no subitem 4.1.1 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) em anexo.**

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[]

TÓPICO	ITEM
Necessidade da contratação	2
Alinhamento entre a contratação e os planos do órgão	4
Relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item (Estimativa das quantidades)	7
Levantamento de mercado	5
Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar	5.3
Justificativa para o parcelamento ou não da solução	9
Resultados pretendidos	12
Declaração da viabilidade da contratação	15

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP	08293185000181-0-000001/2026
Data de publicação no PNCP	10/11/2025
Classe/Grupo	6520 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DENTÁRIOS
Identificador da Futura Contratação	456546-93/2026

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1. Os anestésicos locais deverão possuir **registro válido na ANVISA**, garantindo que atendem às normas sanitárias, de qualidade, segurança e eficácia exigidas para uso em serviços de saúde;
2. As empresas fornecedoras deverão adotar, sempre que possível, **boas práticas de fabricação e controle ambiental**, com observância às normas vigentes de gestão sustentável e responsabilidade socioambiental;
3. As embalagens dos produtos deverão, preferencialmente, ser **recicláveis, reutilizáveis ou com menor impacto ambiental**, evitando o uso excessivo de materiais não degradáveis;
4. Deverá ser observada a **logística reversa**, quando aplicável, especialmente quanto ao descarte adequado de embalagens e resíduos decorrentes dos produtos fornecidos;

5. Os produtos devem apresentar **prazo de validade compatível com o consumo estimado**, de modo a evitar desperdícios e descarte precoce;
6. O transporte e armazenamento deverão seguir as normas sanitárias aplicáveis, garantindo a **integridade dos produtos e evitando perdas**;
7. Sempre que possível, deverá ser priorizada a aquisição de produtos de fabricantes que adotem **políticas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social** devidamente comprovadas.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de marca, de acordo com as justificativas contidas no item 10 do Estudo Técnico Preliminar em anexo.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Na presente contratação, **não haverá vedação de marcas ou produtos específicos, conforme justificativa no item 11 do ETP em anexo.**

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Na presente contratação, **não haverá exigência de apresentação de amostras**, tendo em vista que o objeto pode ser adequadamente avaliado por meio das especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, as quais são suficientes para garantir a qualidade e o atendimento às necessidades da Administração.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme justificativa no 8.1. do ETP em anexo.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes no subitem 7.1. do Estudo Técnico Preliminar em anexo.

#### **Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.7 A presente Dispensa será exclusivo para ME e EPP, conforme justificativa no 4.1.1 do ETP em anexo.

#### **Margem de Preferência:**

4.8. Não se aplica na presente contratação o enquadramento na margem de preferência, conforme justificativa no subitem 5.1 do ETP em anexo.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura **do Termo de Aceite do Empenho (Anexo III)**, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço : **Departamento de odontologia, localizado no Centro Clínico Cel. Passos, Avenida Alexandrino de Alencar, nº 411, 2º andar, Alecrim, Natal/RN, CEP: 59030-350**

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. Os produtos deverão possuir garantia **mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**, contada a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei no 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1. A garantia limita-se à substituição dos produtos que apresentarem vícios ou defeitos de fabricação, não abrangendo danos decorrentes de uso regular, desgaste natural, esterilização, mau uso, armazenamento inadequado ou utilização em desacordo com as orientações do fabricante.
2. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá substituir, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeitos de fabricação, no prazo a ser estabelecido pela Administração.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias.***

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. **Compensatória**, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento) a 30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação

7.2.4.5. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte e por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.**

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de **até 3 (três) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **índice o Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.**

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.27. Não se aplicam à presente contratação as disposições relativas à antecipação de pagamento, tendo em vista que os pagamentos serão realizados após a efetiva prestação dos serviços e respectivo ateste pela Administração, não havendo previsão de desembolso antecipado.

### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **12/03/2026**.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços - Mercado, - IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*, **com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133 /2021.**

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21. **Prova de regularidade na cota de aprendizes prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho**, conforme dispõe o art. 7º da Lei nº 11.566, de 10 de outubro de 2023, que institui o Programa Estadual de Contratação de Adolescente Aprendiz em Situação de Vulnerabilidade ou Risco Social no Estado do Rio Grande do Norte.

### **Qualificação Técnica**

#### **9.22. Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário**

1. A empresa licitante e o fabricante deverão apresentar **Licença de Funcionamento Sanitário (LFS)** ou **Cadastro Sanitário**, conforme aplicável, emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente.
2. O Cadastro Sanitário poderá ser apresentado em substituição à Licença de Funcionamento Sanitário, desde que a empresa participante comprove, por meio de atos normativos, a autorização para tal substituição.
3. Para fins de comprovação da LFS ou Cadastro Sanitário, será aceita:
  1. Cópia do documento emitido pelo órgão competente; ou
  2. Publicação do ato no Diário Oficial correspondente.

#### 4. A Licença deverá estar dentro do prazo de validade.

1. Nos Estados ou Municípios em que não haja definição expressa de prazo de validade, deverá ser apresentada comprovação legal dessa condição.

#### 5. Caso a Licença de Funcionamento Sanitário esteja vencida, deverá ser apresentado, adicionalmente, documento que comprove o pedido de revalidação junto ao órgão competente.

### 9.23.Registro do Produto na ANVISA

1. Os produtos ofertados deverão possuir **registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, com indicação da validade (dia/mês/ano), mediante uma das seguintes formas:
  1. Cópia do registro publicado no Diário Oficial da União (DOU), destacando o número correspondente ao produto ofertado; ou
  2. Cópia do registro emitida eletronicamente por meio do sítio oficial da ANVISA.

#### 1. Será admitida a apresentação de:

1. Protocolo de solicitação de revalidação do registro, acompanhado de cópia do registro vencido, desde que a revalidação tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº 6.360/1976.

### 9.24. Produtos Isentos de Registro na ANVISA

1. Para os produtos isentos de registro, a empresa deverá comprovar a condição de isenção mediante:
  - a) Documento ou consulta extraída do sítio oficial da ANVISA que informe a isenção do produto; ou
  - b) Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) aplicável que comprove a dispensa de registro para o objeto ofertado.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é [REDACTED] conforme custos unitários apostos no Estudo Técnico Preliminar.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do estado do Rio Grande do Norte.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Unidade Orçamentária: 15.131 – Fundo de Manutenção e Aperfeiçoamento da Diretoria de Saúde da PMRN - FUNDSAÚDE
2. Unidade Gestora Favorecida: 15.0131 – Fundo de Manutenção e Aperfeiçoamento da Diretoria de Saúde da PMRN - FUNDSAÚDE
3. Classificação Funcional Programática: 10.302.0100.4011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Saúde
4. Subação 401101 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Saúde
5. **Fonte de Recursos 4.6.00.000600 – Recursos do SUS 160 - Superávit Financeiro**
6. Natureza da Despesa 33.90.30.10 - Material Odontológico

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

1. Ressalva-se, contudo, que o custo estimado da contratação será mantido sob sigilo até o julgamento das propostas, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, como medida destinada a preservar a competitividade do certame e evitar a indução de preços, assegurando que as propostas sejam formuladas de forma independente pelos licitantes.
2. Tal medida contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, evitando o alinhamento de preços ao orçamento estimado e promovendo maior eficiência e economicidade na contratação.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.\

1.1.1A formalização da aceitação dar-se-á mediante a **assinatura do Termo de Aceite da Nota de Empenho**, ou por outro meio que comprove inequivocamente o recebimento e a concordância com as condições estabelecidas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. A assinatura do Termo de Aceite da Nota de Empenho e/ou o aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Aviso de Dispensa Eletrônica**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

*5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

*5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

*5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

*5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação **ou na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça do estado do Rio Grande do Norte, Seção Judiciária de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1o, da Lei no 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. ANEXO III - TERMO DE ACEITE EMPENHO

### TERMO DE ACEITE – NOTA DE EMPENHO

1. Trata-se do Ato de Contratação nº \_\_\_\_\_ (SEI nº \_\_\_\_\_), mediante **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, cujo objeto é \_\_\_\_\_ destinado a atender às necessidades da **Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte**.

2. Nesse contexto, foi emitida a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, com força de contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observadas todas as condições, prazos e obrigações previstos no Termo de Referência nº \_\_\_\_\_/2026 e seus anexos, aos quais as partes ficam vinculadas, bem como às demais normas aplicáveis.

3. Diante disso, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(sua) representante legal, \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa, nos termos do que dispõem os arts. 90 e 95 da Lei nº 14.133, de 2021, **declara seu aceite integral às condições estabelecidas**, especialmente quanto aos prazos e às obrigações das partes constantes no Termo de Referência.

4. A empresa declara, ainda, estar ciente de que o descumprimento de quaisquer das condições pactuadas implicará na aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Local e data:** \_\_\_\_\_

---

**[NOME DA EMPRESA]**

Representante legal

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SINAIDA REGO MARCELINO VALLE**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 09:46:03.

**REJANE MARINHO DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 07:54:16.*

**ANNIE KAROLINE BEZERRA DE MEDEIROS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 08:20:58.*

## ERN-DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

**Estudo Técnico Preliminar 9/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 01510136.000052/2026-18

**2. Descrição da necessidade****Aquisição de instrumentais de uso odontológico.****1. Identificação da necessidade**

1. A aquisição de instrumentais odontológicos visa atender às necessidades do Departamento de Odontologia da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (DSPMRN), considerando que tais materiais são utilizados diretamente na execução das atividades de assistência odontológica ofertadas aos militares estaduais e seus dependentes.
2. A adequada disponibilidade desses instrumentais é essencial para a realização dos procedimentos clínicos com qualidade, eficiência e segurança, contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde bucal nas unidades assistenciais, dentre elas o Centro Clínico Coronel José Carlos Passos, o Hospital Central Coronel Pedro Germano e o consultório odontológico do Hospital Regional Lavoisier Maia, em Mossoró/RN.
3. A necessidade de aquisição fundamenta-se, principalmente, em três fatores: o aumento da demanda por atendimentos clínicos, decorrente da ampliação do quadro de profissionais; o desgaste natural dos instrumentais em razão do uso contínuo e dos processos de esterilização em autoclave, que reduzem sua vida útil; e a ausência de aquisição de determinados itens no exercício anterior, em decorrência de insucesso em processos de contratação.
4. A insuficiência ou inadequação desses instrumentais pode comprometer a execução dos atendimentos, impactar a qualidade dos procedimentos e gerar prejuízos à assistência prestada.

**2. Problema a ser resolvido**

1. As unidades de saúde da DSPMRN apresentam necessidade de reposição e complementação de instrumentais odontológicos, em decorrência do aumento da demanda, do desgaste pelo uso contínuo e da ausência de aquisição de determinados itens no exercício anterior.
2. Essa situação pode comprometer a realização dos atendimentos, reduzir a eficiência dos serviços e impactar a qualidade da assistência prestada.
3. Dessa forma, torna-se necessária a aquisição de instrumentais adequados para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços odontológicos.

**3. Perspectiva do interesse público**

1. A contratação atende ao interesse público ao garantir a continuidade dos serviços odontológicos e o acesso adequado aos cuidados de saúde bucal pelos militares estaduais e seus dependentes.
2. Além disso, contribui para a melhoria da qualidade da assistência, promovendo maior eficiência no atendimento e melhores condições de saúde e bem-estar dos usuários.

**4. Adequação do Objeto aos Interesses da Administração**

1. O objeto proposto mostra-se adequado aos interesses da Administração, pois visa suprir a necessidade de instrumentais indispensáveis à execução dos procedimentos odontológicos.
2. A aquisição desses materiais permite manter a regularidade dos atendimentos, evitar interrupções nos serviços e assegurar a qualidade e segurança da assistência prestada.

## 5. Impactos e benefícios esperados

1. A contratação permitirá a reposição e ampliação dos instrumentais odontológicos, garantindo melhores condições para a realização dos procedimentos.
2. Como benefícios, espera-se:
  1. Continuidade dos serviços odontológicos;
  2. Melhoria na qualidade e segurança dos atendimentos;
  3. Maior eficiência na execução dos procedimentos;
  4. Redução de interrupções nos serviços;
  5. Melhores condições de trabalho para os profissionais;
  6. Ampliação do acesso aos serviços de saúde bucal.

## 6. Impactos negativos da não contratação

1. A ausência da contratação poderá acarretar:
  1. Insuficiência de instrumentais para realização dos atendimentos;
  2. Interrupções ou atrasos nos procedimentos odontológicos;
  3. Redução da qualidade e segurança dos serviços prestados;
  4. Comprometimento da capacidade operacional das unidades;
  5. Prejuízos à assistência à saúde dos usuários.

## 7. Conexão com o planejamento institucional

1. A presente contratação está alinhada ao planejamento institucional da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, estando prevista no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 12/2025, integrante do Plano de Contratações Anual (PCA) 2026.
2. A aquisição de instrumentais odontológicos configura ação essencial para a continuidade dos serviços assistenciais e para o cumprimento das atividades finalísticas da área de saúde da Corporação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Odontologia	Sinaida Rêgo Marcelino Valle -Ten Cel QOSPM

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 1. Contratação com aplicação da exclusividade às ME, EPP, MEI e equiparados

#### 1. Justificativa:

1. A presente contratação será realizada com exclusividade para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e equiparados, conforme previsto no art. 42 da Lei Complementar Estadual no 675/2020. A adoção dessa medida encontra respaldo legal na citada norma, que autoriza a destinação exclusiva de licitações a empresas de menor porte sempre que o valor individual de cada item licitado não ultrapassar o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme estabelecido em seu § 6º.
2. Além de atender ao comando legal, a medida busca ampliar a participação de pequenos negócios nas contratações públicas, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região, em consonância com os princípios da isonomia, da eficiência e da valorização da economia local. Nos termos do art. 44 da mesma lei complementar, tal abordagem visa assegurar tratamento diferenciado e favorecido a essas empresas, estimulando sua competitividade e inclusão no mercado

**2. Contratação mediante Dispensa de Licitação, na forma eletrônica**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n. 14.133 /2021. O critério de julgamento escolhido para a contratação será o menor preço.

## JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO

**1. Orientações Normativas da Secretaria de Gestão:** A Secretaria de Gestão, na condição de órgão central do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), orienta que os órgãos priorizem a dispensa de licitação, nos termos da Instrução Normativa no 67 /2021, em atenção ao princípio da eficiência. Caso se opte pelo prego eletrônico, deve-se justificar nos autos a inviabilidade da dispensa, quando esta for possível pelos limites de valor.

**2. Previsão Legal para a Dispensa de Licitação:** Nos termos da Instrução Normativa no 67, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei no 14.133/2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, a adoção da dispensa eletrônica deverá ocorrer, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

1. **Inciso I:** contratação de obras e serviços de engenharia, ou de serviços de manutenção de veículos automotores, até o limite previsto no art. 75, inciso I, da Lei no 14.133/2021;
2. **Inciso II:** **contratação de bens e serviços em geral**, observando-se o limite do art. 75, inciso II, da mesma Lei.

**2. Conforme o §1o do art. 4o da referida IN, para verificação dos limites acima, devem ser considerados:**

1. O somatório de despesas realizadas no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
2. A semelhança entre objetos contratados, identificados por ramo de atividade, conforme registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com base no **Padrão Descritivo de Materiais (PDM)** ou na descrição dos serviços e obras constantes do Sistema de Catalogação do Governo Federal.

**3. Classificação do Objeto no Sistema de Catalogação de Materiais:**

1. Consultando o Catálogo de Serviços, observa-se que está classificada como:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	PDM	VALOR (R\$)
1	BANDEJA USO MÉDICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: LISA, DIMENSÕES: CERCA DE 25 X 15 X 1 CM, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL.	440162	394 - Bandeja Uso Médico	██████
2	CABO ESPELHO BUCAL - MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO OITAVADO TIPO USO AUTOCLAVÁVEL	413300	7007 - Cabo Espelho Bucal	██████
3	DESCOLADOR ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO FORMATO: DESTACA PERIÓSTEO, MODELO: MOLT.	413449	12089 - Descolador Odontológico	██████
4	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO, CABO C/ SILICONE ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL COM PONTAS EN TITÂNIO MODELO: Nº 02 TIPO USO: P/ APLICAÇÃO E ESCULTURA DE RESINA COMPOSTA	427838	6989 - Espátula Odontológica	██████
5	ESPÁTULA 36 PARA MANIPULAÇÃO, AÇO INOXIDÁVEL, REGISTRO NA ANVISA.	240954	6989 - Espátula Odontológica	██████

6	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA EM INOX FLEXÍVEL. PARA MANIPULAÇÃO DE CIMENTO ENDODÔNTICO. AUTOCLAVÁVEL	444212	6989 - Espátula Odontológica	■
7	PLACA P/ ESPATULAÇÃO - ESPESSURA CERCA DE 10 MM FORMATO: RETANGULAR MATERIAL: VIDRO	436847	2109 - Acessórios - Uso Odontológico	■
8	PONTA PARA ULTRASSOM, TIPO INSERTO, SUBGENGVIVAL, COMPATÍVEL COM O APARELHO MARCA ALT SONIC, MODELO JET CERAMIC, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	420040	16055 - Ponteira Ultrassom Odontológico	■
9	PONTA PARA ULTRASSOM, TIPO INSERTO, SUBGENGVIVAL, COMPATÍVEL COM O APARELHO MARCA DABI MODELO ATLANTENEO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	420041	16055 - Ponteira Ultrassom Odontológico	■
10	SONDA ODONTOLÓGICA PERIODONTAL - MODELO WILLIANS, APLICAÇÃO: PERIODONTAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DE AÇO INOXIDÁVEL, MILIMETRADA, CABO COM DUAS PONTAS. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	414215	1296 - Sonda Odontológica	■
11	TESOURA INSTRUMENTALCOMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 12 CM ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL HASTE: HASTE RETA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO 1: GOLDMAN FOX TIPO PONTA: PONTA CURVA	471619	19854 - Tesoura Instrumental	■
12	TESOURA INSTRUMENTALCOMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 12 CM ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL HASTE: HASTE RETA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO 1: GOLDMAN FOX TIPO PONTA: PONTA RETA	471617	19854 - Tesoura Instrumental	■
13	ESPÁTULAODONTOLÓGICACARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO SERRILHADA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: DUPLO, CABO OCO TIPO USO: INSERÇÃO DE FIO RETRATOR GENGIVAL	427301	6989 - Espátula Odontológica	■
14	AFASTADOR LANGENBECK DUPLO, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.;	473923	19865 - Afastador Cirúrgico	■
	AFASTADOR LANGENBECK REDUZIDO, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL,		19865 - Afastador	

15	CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.;	473912	Cirúrgico	■
16	AFASTADOR HARGIS, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.;	474035	19865 - Afastador Cirúrgico	■
17	AFASTADOR OBWEGESER 40 X 30MM, , USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; .	473979	19865 - Afastador Cirúrgico	■
18	AFASTADOR OBWEGESER PARA RAMO 65MM, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	473977	19865 - Afastador Cirúrgico	■
19	ALVEOLOTOMO LUER CURVO, ESTERILIZÁVEL, EM AÇO INOXIDÁVEL, PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADA, GARANTIA DE 10 ANOS, NO MÍNIMO, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	413399	2380 - Alveolótomo	■
20	CINZEL PARA DISJUNÇÃO PALATIANA, SVERZUT, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	427909	5039 - Cinzel - Uso Odontológico	■
21	CINZEL WAGNER COM PONTA OLIVA PARA SEPTO NASAL, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	601527	5038 - Cinzel Cirúrgico	■
22	CINZEL WAGNER CURVO 8MM X 15 CM, USO EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	601525	5038 - Cinzel Cirúrgico	■
23	ESPÁTULA PONTA V, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, ACABAMENTO FOSCO.; GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR NO MÍNIMO DE 10 ANOS.	418081	8400 - Instrumental Ortodôntico	■



Item de Verificação	Descrição / Fundamentação	Referência Legal / Princípio	Situação
1. Limite de Valor	O valor estimado [REDACTED] dentro dos Art. 75, II da Lei no 14.133 limites legais estabelecidos para dispensa de licitação.	Art. 75, II da Lei no 14.133/2021	Atendido
2. Ausência de Fracionamento	Não há registro de contratações anteriores correspondentes ao mesmo grupo no exercício de 2026	IN SEGES/ME no 67/2021,4o, §1o	Atendido
3. Economicidade	A adoção da dispensa otimiza recursos e evita custos administrativos desnecessários.	Art. 5o, caput, Lei no 14.133/2021 (princípio da economicidade)	Atendido
4. Celeridade e Eficiência	A dispensa eletrônica garante maior agilidade processual e atendimento tempestivo da necessidade pública.	Art. 37, caput, CF/88	Atendido
5. Legalidade e Transparência	O procedimento segue parâmetros normativos vigentes e será realizado em meio eletrônico, assegurando rastreabilidade.	Art. 75, §3o, Lei no 14.133/2021 (princípio da eficiência)	Atendido
6. Conclusão	Diante dos itens acima, a contratação por dispensa eletrônica é juridicamente e tecnicamente viável.	Todos acima	Atendido

3. **Crítério de Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 5a Ed.:

#### 1. Materiais e durabilidade

- Os instrumentais deverão ser confeccionados em **aço inoxidável de alta durabilidade**, resistente à corrosão e ao desgaste, de modo a prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituições frequentes;
- Sempre que possível, os materiais deverão permitir reutilização contínua, contribuindo para a redução da geração de resíduos.

#### 2. Reutilização e redução de resíduos

- Os produtos deverão ser **reutilizáveis**, compatíveis com processos de esterilização, evitando o uso de materiais descartáveis;
- A escolha por instrumentais duráveis visa à diminuição do volume de resíduos gerados no serviço de saúde.

#### 5. Embalagens

- As embalagens deverão ser, preferencialmente:
  - recicláveis;
  - compostas por materiais de menor impacto ambiental;
  - Deverá ser evitado o uso excessivo de embalagens ou materiais não recicláveis.

#### 6. Logística e transporte

- O transporte deverá ser realizado de forma a minimizar impactos ambientais, sempre que possível com otimização de cargas e rotas;
- Os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, evitando perdas e descartes desnecessários.

#### 7. Destinação de resíduos

- Os fornecedores deverão observar a legislação ambiental vigente quanto à destinação adequada de resíduos, especialmente no que se refere às embalagens;
- Quando aplicável, deverá ser incentivada a adoção de práticas de **logística reversa**, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

#### 8. Boas práticas ambientais

- Sempre que possível, deverá ser priorizada a contratação de fornecedores que adotem práticas de:
  - redução de impactos ambientais em seus processos produtivos;

2. uso racional de recursos naturais;
3. gerenciamento adequado de resíduos

#### 4. Carta de Solidariedade

1. Na presente contratação **NAO haverá exigência de carta de solidariedade**. Considerando o objeto em análise, não se mostra necessária a exigência de carta de solidariedade do fabricante. Tal documento é aplicável em contratações que envolvem fornecimento de bens novos ou em situações nas quais haja risco de restrição de peças ou insumos originais dependentes de autorização exclusiva. No presente caso, a execução contratual está vinculada à capacidade técnica da empresa prestadora, sendo suficiente a comprovação de aptidão mediante atestados de capacidade técnica e a garantia de fornecimento de peças originais ou compatíveis, quando necessárias.

#### 5. Margem de Preferência

1. A contratação do objeto em tela não se enquadra nas hipóteses de aplicação de margem de preferência previstas no Decreto no 11.890 /2024 e nas resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS). Isso se deve ao fato de que tais normas estabelecem margens de preferência para bens e serviços nacionais que atendam normas técnicas brasileiras. Portanto, não há aplicação de margem de preferência, nem normal nem adicional, para o presente objeto.

#### 6. Requisitos de Manutenção, Suporte Técnico e Garantia.

##### 1. Manutenção

1. Os materiais objeto da contratação não demandam manutenção preventiva ou corretiva especializada por parte do fornecedor, por se tratarem de **instrumentais manuais de uso odontológico**.
2. A conservação dos instrumentos, incluindo limpeza, desinfecção e esterilização, será de responsabilidade da Administração, conforme seus protocolos internos de biossegurança.

##### 2. Suporte Técnico

1. Não será exigida a prestação de suporte técnico especializado, tendo em vista a natureza simples e padronizada dos materiais.
2. O fornecedor deverá, contudo, prestar esclarecimentos quanto às características, modo de uso e conservação dos produtos, sempre que solicitado pela Administração.

##### 3. Garantia

1. Os produtos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**, contada a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
2. A garantia limita-se à substituição dos produtos que apresentarem vícios ou defeitos de fabricação, não abrangendo danos decorrentes de uso regular, desgaste natural, esterilização, mau uso, armazenamento inadequado ou utilização em desacordo com as orientações do fabricante.
3. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá substituir, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeitos de fabricação, no prazo a ser estabelecido pela Administração.

#### 7. Garantia do Contrato: Naõ haverá exigência de garantia contratual com base nos Artigos 96 e seguintes da Lei 14.133 /2021, pelos argumentos abaixo elencados:

1. Trata-se de **contratação de escopo definido, com fornecimento de bens de consumo e entrega única**, sem previsão de execução continuada ou obrigações futuras;
2. O valor estimado da contratação é **relativamente baixo**, não justificando a imposição de garantia, a qual poderia representar ônus desproporcional aos licitantes;
3. A exigência de garantia poderia **restringir a competitividade**, especialmente considerando a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;
4. Os riscos envolvidos são **reduzidos**, tendo em vista que o objeto será integralmente entregue em prazo determinado, sendo possível à Administração verificar sua conformidade no ato do recebimento;
5. Eventuais riscos contratuais são adequadamente mitigados por meio dos instrumentos já previstos, como a fiscalização, a aplicação de sanções administrativas e o pagamento condicionado ao efetivo recebimento do objeto.

## **8. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual**

1. Trata-se de **contratação de escopo definido, com fornecimento de bens de consumo e entrega única**, não envolvendo atividades que demandem divisão de execução;
2. O objeto consiste no **fornecimento de instrumentais odontológicos padronizados**, amplamente disponíveis no mercado, não havendo complexidade técnica que justifique a necessidade de subcontratação;
3. A vedação à subcontratação visa garantir **maior controle na execução contratual**, assegurando que o fornecedor contratado seja o efetivo responsável pelo fornecimento dos produtos;
4. A possibilidade de subcontratação não agrega ganho operacional ou econômico relevante à Administração, podendo, ao contrário, dificultar a fiscalização e a responsabilização;
5. A medida contribui para a **segurança da contratação**, evitando a intermediação desnecessária e garantindo maior rastreabilidade na origem dos produtos fornecidos.

## **9. Requisitos técnicos**

### **1. Requisitos Técnicos**

1. Os requisitos técnicos a seguir foram definidos com base na legislação sanitária vigente, especialmente nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como em análise de termos de referência de outros órgãos públicos, visando garantir a qualidade, segurança e eficácia dos instrumentais cirúrgicos:

### **2. Regularização sanitária**

1. Os produtos deverão estar regularizados junto à ANVISA, conforme aplicável, mediante:
  1. registro;
  2. notificação; ou
  3. comprovação de isenção;
2. A regularização deverá ser comprovada por meio de consulta ao sítio oficial da ANVISA ou apresentação de documentação pertinente.

### **3. Embalagem**

1. Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens que garantam sua integridade até o momento do uso;
2. A embalagem deverá conter informações essenciais, tais como:
  1. identificação do produto;
  2. fabricante;
  3. instruções básicas de uso e conservação, quando aplicável.

### **4. Identificação e rastreabilidade**

1. Os produtos deverão conter identificação mínima que permita:
  1. identificação do fabricante;
  2. lote ou equivalente;
  3. marca ou modelo, quando aplicável;
2. As informações deverão estar presentes na embalagem ou no próprio produto, quando tecnicamente possível.

### **5. Qualidade e desempenho**

1. Os instrumentais deverão apresentar:
  1. precisão funcional;
  2. resistência mecânica adequada;
  3. ergonomia compatível com o uso clínico;
2. Não serão aceitos produtos com sinais de defeito, fragilidade ou baixa qualidade.

### **6. Materiais e características técnicas**

1. Os instrumentais deverão ser confeccionados em **aço inoxidável de padrão cirúrgico**, com resistência à corrosão, oxidação e desgaste;
2. Devem apresentar acabamento adequado, sem rebarbas, falhas ou imperfeições que comprometam sua utilização;

3. Os produtos deverão ser **autoclaváveis**, suportando processos de esterilização sem prejuízo de suas propriedades físicas e funcionais;
4. Devem atender, no que couber, à **ABNT NBR ISO 7153-1 (Instrumentos cirúrgicos — Materiais)**.

## 7. Licença Sanitária

1. A empresa licitante e o fabricante deverão possuir **Licença de Funcionamento Sanitário (LFS)** ou **Cadastro Sanitário**, emitido pelo órgão de vigilância sanitária competente, dentro do prazo de validade;
2. Será admitida a apresentação de publicação em Diário Oficial ou documento equivalente que comprove a regularidade sanitária;
3. Caso a licença esteja vencida, deverá ser apresentado o protocolo de solicitação de renovação, conforme legislação aplicável.

## 9.4 Justificativa dos Requisitos Técnicos Exigidos

1. Os requisitos técnicos estabelecidos no presente Termo de Referência foram definidos com base na legislação sanitária vigente, nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em normas técnicas aplicáveis e em boas práticas adotadas por outros órgãos da Administração Pública, com o objetivo de assegurar a adequada qualidade, segurança e desempenho dos instrumentais cirúrgicos a serem adquiridos.
2. A exigência de regularização dos produtos junto à ANVISA (registro, notificação ou isenção) justifica-se pela necessidade de garantir que os materiais atendam aos padrões sanitários exigidos para uso em serviços de saúde, reduzindo riscos aos pacientes e aos profissionais envolvidos.
3. A exigência de Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário das empresas licitantes e fabricantes visa assegurar que estas operem em conformidade com as normas de vigilância sanitária, garantindo condições adequadas de fabricação, armazenamento e comercialização dos produtos.
4. Os requisitos relacionados ao material (aço inoxidável de padrão cirúrgico), à resistência, à autoclavabilidade e à conformidade com normas técnicas (como a ABNT NBR ISO 7153-1) têm por finalidade assegurar a durabilidade, a segurança e a adequada funcionalidade dos instrumentais, considerando que tais produtos são submetidos a uso contínuo e a processos repetidos de esterilização.
5. As exigências quanto à qualidade, acabamento e desempenho dos instrumentos visam evitar a aquisição de produtos inadequados ou de baixa qualidade, que possam comprometer a execução dos procedimentos odontológicos e a segurança dos usuários.
6. A identificação mínima dos produtos e a rastreabilidade são necessárias para possibilitar o controle de qualidade, a gestão de eventuais ocorrências e a responsabilização em caso de defeitos.
7. Por fim, destaca-se que todos os requisitos técnicos foram definidos de forma **proporcional e não restritiva**, não direcionando a marcas ou fabricantes específicos, e permitindo ampla competitividade, em conformidade com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e do interesse público

## 10. Indicação de marcas ou modelos

1. Na presente contratação, **não haverá indicação de marca ou modelo específico**, tendo em vista que o objeto consiste em materiais de consumo cujas características podem ser **adequadamente definidas por especificações técnicas objetivas e usuais de mercado**, sem prejuízo à qualidade ou ao desempenho esperado.
2. Verificou-se que há **ampla diversidade de fabricantes e fornecedores** aptos a atender às exigências estabelecidas, sendo possível descrever o objeto com precisão suficiente por meio de parâmetros técnicos, físicos e funcionais, dispensando a necessidade de referência a marcas específicas.
3. Ademais, não se identificou a necessidade de padronização prévia, nem exigência de compatibilidade com equipamentos ou sistemas existentes que justificasse eventual restrição, tampouco há evidência de que apenas determinadas marcas sejam capazes de atender ao interesse público.
4. Dessa forma, a não indicação de marca **assegura a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração**, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, evitando restrições indevidas ao caráter competitivo do certame.

## 11. Da vedação de contratação de marca ou produto

1. Na presente contratação, **não haverá vedação de marcas ou produtos específicos**, tendo em vista que não foram identificados registros de desempenho insatisfatório, riscos à segurança, incompatibilidades técnicas ou quaisquer outros fatores que justifiquem a restrição prévia de marcas no certame.
2. Verificou-se que os produtos disponíveis no mercado atendem, de forma geral, aos requisitos de qualidade, segurança e desempenho exigidos, sendo suficiente a definição de **especificações técnicas objetivas** para garantir a adequada execução do objeto.
3. A eventual exclusão de marcas, sem justificativa técnica devidamente comprovada, poderia **restringir indevidamente a competitividade**, em desacordo com os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
4. Dessa forma, opta-se por não vedar previamente quaisquer marcas ou produtos, mantendo-se o caráter competitivo da contratação, sem prejuízo da exigência de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

## 5. Levantamento de Mercado

1. Para a definição da solução mais adequada, foram consideradas diferentes fontes de pesquisa, incluindo contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, consultas a fornecedores do setor odontológico e análise de catálogos de fabricantes, com o objetivo de identificar produtos disponíveis, conformidade regulatória e boas práticas de mercado.
2. Verificou-se que o mercado de **instrumentais odontológicos e cirúrgicos** é amplamente consolidado, contando com diversos fabricantes e fornecedores, não havendo restrição significativa à competitividade.
3. Os produtos disponíveis atendem às exigências sanitárias vigentes, sendo regularizados junto à ANVISA, quando aplicável, e amplamente utilizados na prática clínica odontológica, não sendo identificadas, no momento, inovações tecnológicas disruptivas que justifiquem alteração relevante da solução tradicional adotada.
4. Dessa forma, a solução mais adequada permanece sendo a aquisição de **instrumentais odontológicos padronizados**, amplamente utilizados e reconhecidos quanto à sua durabilidade, funcionalidade e custo-benefício.
5. Nos casos aplicáveis, verificou-se que os requisitos técnicos definidos não restringem indevidamente a competitividade, sendo compatíveis com a ampla oferta de mercado.

**Quadro – Soluções de mercado**

<b>PRODUTOS</b>	<b>FORNECEDORES</b>	<b>FABRICANTES</b>
Espátulas, sondas, pinças e instrumentais diversos	Dental Cremer S.A.	Golgran Indústria e Comércio
Instrumentais cirúrgicos (tesouras, afastadores, cinzéis)	Dental Speed Graph	Quinelato
Instrumentais odontológicos em aço inox	Surya Dental	Fava
Instrumentais para cirurgia bucomaxilofacial	Dental Prime	ABC Instrumentos Cirúrgicos
Acessórios odontológicos (pontas, caixas, etc.)	Distribuidores regionais	Duflex / Prisma

### **Justificativa para Escolha da Solução de Aquisição**

## 6 . Justificativa Técnica

1. A aquisição de **instrumentais odontológicos e cirúrgicos** atende à necessidade institucional de garantir a realização de procedimentos clínicos e cirúrgicos com segurança, precisão e qualidade assistencial. Tais materiais são indispensáveis para a execução de atendimentos odontológicos, como restaurações, exodontias, tratamentos endodônticos, periodontais e cirurgias bucomaxilofaciais.

2. Verifica-se que há ampla oferta desses produtos no mercado, disponibilizados por diversos fabricantes e fornecedores devidamente regularizados, com itens que atendem às exigências técnicas e sanitárias estabelecidas pelos órgãos competentes.
3. Além disso, a instituição dispõe de profissionais capacitados, aptos a utilizar corretamente os instrumentais, conforme protocolos técnicos e normas de biossegurança, garantindo sua adequada aplicação.
4. A padronização dos instrumentais a serem adquiridos assegura maior uniformidade nos procedimentos, melhor ergonomia operacional, previsibilidade dos resultados clínicos e conformidade com as boas práticas odontológicas.

## 7. Justificativa Econômica

1. A solução de aquisição apresenta a melhor relação custo-benefício, considerando a ampla competitividade do mercado de instrumentais odontológicos, com diversos fornecedores aptos a atender à demanda institucional.
2. A aquisição de produtos padronizados evita custos adicionais com adaptações, incompatibilidades ou substituições frequentes, além de permitir maior eficiência na gestão de estoques.
3. A adoção de processo licitatório com critério de julgamento pelo menor preço por item possibilita maior competitividade entre os fornecedores, assegurando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, sem prejuízo da qualidade dos produtos.
4. Adicionalmente, a solução reduz custos indiretos relacionados à interrupção de atendimentos, falhas em procedimentos ou necessidade de retrabalho, decorrentes da utilização de instrumentais inadequados ou de baixa qualidade.

## 8. Justificativa em Nível de Sustentabilidade

1. A escolha da solução observa os princípios da sustentabilidade, na medida em que:
  1. Promove a aquisição de instrumentais **duráveis e reutilizáveis**, reduzindo a necessidade de reposições frequentes e a geração de resíduos;
  2. Favorece o uso de materiais resistentes, compatíveis com processos de esterilização, prolongando sua vida útil;
  3. Incentiva a aquisição de produtos com qualidade adequada, evitando descarte precoce;
  4. Contribui para a redução de resíduos no serviço de saúde, em comparação ao uso de materiais descartáveis;
  5. Estimula a escolha de fornecedores que adotem boas práticas ambientais e produtivas, quando disponíveis;
  6. Favorece a adequada gestão de resíduos e embalagens, conforme a legislação ambiental vigente.

## 9. Escolha da Forma de Contratação:

1. Considerando que o valor estimado da aquisição enquadra-se nos limites legais para dispensa de licitação (Lei nº 14.133 /2021, art. 75, inciso Inciso II), a contratação por dispensa é justificada pela economicidade e celeridade do processo. Essa modalidade permite atendimento rápido à demanda institucional, sem comprometer a competitividade, dado que existe ampla oferta de no mercado e a Administração pode consultar múltiplos fornecedores antes de formalizar a contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

### Descrição da Solução como um todo

1. A solução proposta consiste na aquisição de **instrumentais odontológicos e cirúrgicos**, destinados a suprir as necessidades dos serviços odontológicos da instituição, garantindo a continuidade, a segurança e a qualidade dos atendimentos prestados.
2. Os produtos a serem adquiridos compreendem **instrumentais manuais confeccionados em aço inoxidável de padrão cirúrgico**, tais como espátulas, sondas, pinças, tesouras, afastadores, cinzéis, dentre outros, conforme especificações usuais de mercado e necessidades clínicas, todos adequados aos procedimentos odontológicos e cirúrgicos realizados pela unidade de saúde.
3. A aquisição será realizada por meio de processo de **Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n. 14.133 /2021**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, permitindo maior competitividade entre fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
4. A solução contempla o fornecimento integral dos materiais, em entrega única, incluindo todos os custos relacionados ao transporte, embalagem e demais encargos necessários ao perfeito cumprimento do objeto, não havendo necessidade de instalação, suporte técnico especializado ou manutenção por parte do fornecedor.

5. Os instrumentais deverão atender aos requisitos técnicos e sanitários estabelecidos, garantindo durabilidade, resistência à corrosão, compatibilidade com processos de esterilização e desempenho adequado às atividades clínicas, contribuindo para a eficiência dos atendimentos e a segurança dos pacientes e profissionais.
6. A adoção de instrumentais padronizados visa assegurar maior uniformidade operacional, otimização dos processos de trabalho, melhor controle de estoque e redução de custos decorrentes de substituições frequentes ou aquisição de materiais incompatíveis.
7. Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada, eficiente e alinhada às necessidades institucionais, garantindo o pleno atendimento das demandas assistenciais com qualidade, segurança e economicidade.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 1. Metodologia de Cálculo

1. A estimativa das quantidades a serem adquiridas não se baseia em consumo direto por procedimento, tendo em vista que os instrumentais odontológicos são bens duráveis e reutilizáveis.
2. Dessa forma, a definição dos quantitativos foi realizada com base na **necessidade de reposição e complementação do acervo existente**, considerando:
  1. Levantamento do estoque atual disponível;
  2. Identificação de itens **desgastados, danificados ou inservíveis**, em razão do uso contínuo e dos processos de esterilização;
  3. Necessidade de manutenção de **kits instrumentais completos por consultório**, garantindo a continuidade dos atendimentos;
  4. Ampliação da demanda decorrente da incorporação de novos oficiais dentistas;
  5. Margem de segurança para evitar indisponibilidade de instrumentais.

### 2. Memória de Cálculo

1. Não se aplica, ao presente caso, memória de cálculo baseada em consumo unitário ou frequência de uso, uma vez que o objeto consiste em **instrumentais reutilizáveis**, cuja necessidade de aquisição está diretamente relacionada à **reposição por desgaste, perda de funcionalidade e recomposição de conjuntos**, e não ao consumo proporcional ao número de atendimentos realizados.
2. Assim, os quantitativos foram definidos com base em critérios técnicos de reposição do acervo, observando-se a necessidade operacional da unidade e a garantia de disponibilidade mínima de instrumentais para execução dos procedimentos odontológicos.

### 3. Documentos que dão suporte

1. A estimativa foi fundamentada nos seguintes elementos:
  1. Levantamento de estoque realizado pelos setores responsáveis;
  2. Identificação de itens danificados ou com perda de funcionalidade;
  3. Relação de instrumentais necessários por consultório e por tipo de procedimento;
  4. Informações sobre a ampliação do quadro de profissionais (novos oficiais dentistas);
  5. Histórico de utilização dos materiais e experiência técnica da equipe odontológica.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): XXXXXXXXXX

### 1. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

1. Segundo Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

2. Os valores utilizados para o cálculo do preço estimado foram coletados no **Fonte de Preços®**. Esta ferramenta compila dados dos parâmetros I, II, III e V da Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, bem como funcionalidade para obtenção através do parâmetro IV, com filtros e busca de acesso facilitado, otimizando as atividades de pesquisa de preços.

## 2. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

1. Na presente pesquisa foi utilizado o parâmetro I e II, segundo Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021:

Nº Item	Nome	Preços Governamentais Art 5º Inc. I	Outros Preços Públicos Art 5º Inc. II	Média Aritmética dos preços obtidos	Qtd.	Und.	Preço Total
1	BANDEJA USO MÉDICO. MATERIAL: AÇO INOXID	1 preço	3 preços	██████████	15	Unidade	██████████
2	CABO ESPELHO BUCAL - MATERIAL AÇO INOXID	-	3 preços	██████████	30	Unidade	██████████
3	DESCOLADOR ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO I	1 preço	2 preços	██████████	5	Unidade	██████████
4	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, CARACTERÍSTICAS A	1 preço	2 preços	██████████	5	Unidade	██████████
5	ESPÁTULA 36 PARA MANIPULAÇÃO, AÇO INOXID	-	3 preços	██████████	5	Unidade	██████████
6	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA EM INOX FLEXÍVEL.	-	3 preços	██████████	10	Unidade	██████████
7	PLACA P/ ESPATULAÇÃO - ESPESSURA CERCA D	-	3 preços	██████████	5	Unidade	██████████

8	PONTA PARA ULTRASSOM, TIPO INSERTO, SUBG	1 preço	2 preços		20	Unidade	
9	PONTA PARA ULTRASSOM, TIPO INSERTO, SUBG	-	4 preços		20	Unidade	
10	SONDA ODONTOLÓGICA PERIODONTAL - MODELO	-	3 preços		8	Unidade	
11	TESOURA INSTRUMENTAL COMPRIMENTO TOTAL: C	2 preços	2 preços		5	Unidade	
12	TESOURA INSTRUMENTAL COMPRIMENTO TOTAL: C	3 preços	2 preços		5	Unidade	
13	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA CARACTERÍSTICAS ADI	-	3 preços		5	Unidade	
14	AFASTADOR LANGENBECK DUPLO, USO EM CIRUR	-	4 preços		2	Unidade	
15	AFASTADOR LANGENBECK REDUZIDO, USO EM CI	-	3 preços		2	Unidade	
16	AFASTADOR HARGIS, USO EM CIRURGIA BUCOMA	1 preço	2 preços		2	Unidade	
17	AFASTADOR OBWEGESER 40 X 30MM, , USO EM	-	3 preços		2	Unidade	
18	AFASTADOR OBWEGESER PARA RAMO 65MM, USO	-	3 preços		2	Unidade	
19	ALVEOLO TOMO LUER CURVO, ESTERILIZÁVEL, E	-	3 preços		2	Unidade	
20	CINZEL PARA DISJUNÇÃO PALATIANA, SVERZUT	-	4 preços		1	Unidade	
21	CINZEL WAGNER COM PONTA OLIVA PARA SEPTO	-	4 preços		2	Unidade	
22	CINZEL WAGNER CURVO 8MM X 15 CM, USO EM	-	3 preços		2	Unidade	
23	ESPÁTULA PONTA V, CONFECCIONADO EM AÇO I	-	3 preços		6	Unidade	

24	GANCHO DE BARROS, USO EM CIRURGIA BUCOMA	-	4 preços		2	Unidade	
25	GANCHO PARA MOVIMENTAÇÃO TESSIER, USO EM	1 preço	4 preços		2	Unidade	
26	MARTELO LUCAE 250G , USO EM CIRURGIA BUC	1 preço	3 preços		2	Unidade	
27	PAQUÍMETRO TIPO RÉGUA, ÁREA DE MEDIÇÃO 1	2 preços	1 preço		1	Unidade	
28	CAIXA P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: AÇO IN	2 preços	2 preços		3	Unidade	
29	PINÇA ODONTOLÓGICA, PORTA GRAMPO, AÇO IN	-	3 preços		8	Unidade	

2. Valor Total estimado para a contratação: Valor Total estimado para a contratação:

3. As informações referentes a Razão Social dos fornecedores, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e descritivo dos itens obtidos na pesquisa mercadológica, bem como as referências dos órgãos contratantes, constam detalhados na Cotação de Preços (**Anexo I**).

### 3. MÉTODO MATEMÁTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

- Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.
- Foi utilizada a **metodologia da média aritmética** dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexecutáveis, inconsistentes e elevados ou excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado, conforme demonstrado na tabela abaixo.

### 4. JUSTIFICATIVA PARA A METODOLOGIA UTILIZADA NA DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

- Foi feita análise crítica dos preços coletados, buscando não haver grande variação entre os valores apresentados, com a correspondente desconsideração dos valores inexecutáveis e daqueles excessivamente elevados.
- Foram considerados:
  - Como **valores inexecutáveis**, aqueles preços 70% inferiores à média dos demais preços formadores do conjunto que determinou o resultado da pesquisa;
  - Como **valores elevados ou excessivamente elevados**, os que apresentaram valor de Coeficiente de Variação acima de 25%, para se obter uma amostra homogênea;
  - Como **valores inconsistentes**, aqueles relacionados a qualidade do item pesquisado, ou seja, as pesquisas cujo objeto ofertado não atendem às especificações solicitadas em Termo de Referência.

### 5. MEMÓRIA DE CÁLCULO

- A pesquisa de mercado foi realizada seguindo as orientações e critérios estabelecidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME N° 65, de 7 de julho de 2021 e do XXXII, do tópico 3 do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Edição 2021.
- Outrossim, como critério de avaliação dos dados obtidos foi baseado no coeficiente de variação, métrica utilizada para avaliar a dispersão dos dados apresentados. O coeficiente de variação fornece a variação dos dados que são obtidos em relação à média. Deste modo, quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados. O coeficiente de variação é considerado baixo (apontando um conjunto de dados mais homogêneos) quando for menor ou igual a 25%. O CV é calculado pela divisão do Desvio Padrão (DP) pela Média (M):  $CV = (DP/M) \times 100$ .

### 6. CONCLUSÃO

- Considerando a somatória entre os preços médios obtidos, constata-se que o VALOR MÉDIO TOTAL ESTIMADO para a contratação é de R\$

2. Desta forma, conforme demonstrado na planilha de pesquisa de preços, o **Coefficiente de Variação do item está abaixo de 25%** em todos os itens, demonstrando a homogeneidade dos valores apresentados.
3. Diante da ausência de referências válidas nos sistemas oficiais para alguns itens, recorreu-se a fontes de domínio amplo e mídia especializada, conforme art. 5º da IN nº 65/2021, para compor a estimativa de preços. Assim, a contratação mostra-se justificada, viável e alinhada ao interesse público.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 1. Justificativa do Parcelamento da Solução

1. O parcelamento da solução será adotado como regra, sendo a licitação realizada por **item**, tendo em vista que o objeto é **divisível** e que tal forma de contratação **não acarreta prejuízo ao conjunto da solução nem perda de economia de escala**.
2. A aquisição por item possibilita a **ampla participação de licitantes**, favorecendo a competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.
3. Os instrumentais odontológicos, embora possuam finalidades semelhantes no apoio à execução dos procedimentos clínicos e cirúrgicos, apresentam **características, formatos e aplicações específicas**, podendo ser fornecidos por diferentes fabricantes e fornecedores, sem prejuízo à execução dos serviços odontológicos.
4. Trata-se de produtos padronizados, amplamente disponíveis no mercado, não havendo necessidade de uniformidade quanto à marca ou fabricante, desde que atendam às especificações técnicas estabelecidas, garantindo a adequada funcionalidade, segurança e qualidade dos procedimentos realizados.
5. Dessa forma, não há necessidade de agrupamento dos itens, uma vez que:
  1. Os produtos são **independentes entre si**;
  2. A falta de um item específico **não inviabiliza totalmente a execução das atividades**, podendo ser adotadas alternativas clínicas, quando cabíveis;
  3. O fornecimento por diferentes fornecedores **não compromete a padronização nem a qualidade dos serviços**.
6. Assim, a adoção do critério de julgamento por item se mostra **tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa**, assegurando maior competitividade e eficiência na contratação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. Não existem contratações adicionais a serem realizadas em conjunto com a aquisição. O objeto é **autossuficiente**, pronto para uso imediato nos setores, sem necessidade de instalação, treinamento ou serviços complementares para sua utilização.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

<b>ID PCA no PNCP</b>	08293185000181-0-000001/2026
<b>Data de publicação no PNCP</b>	10/11/2025
<b>Classe/Grupo</b>	6520 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DENTÁRIOS
<b>Identificador da Futura Contratação</b>	456546-93/2026

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. A aquisição de **instrumentais odontológicos e cirúrgicos** proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, refletindo positivamente na qualidade dos serviços prestados, na gestão dos recursos públicos e na promoção da saúde dos usuários.
2. **Benefícios Diretos**
  1. **Eficiência na prestação dos serviços odontológicos**, garantindo a realização contínua de procedimentos clínicos e cirúrgicos com instrumentais adequados e em quantidade suficiente;

2. **Melhoria da qualidade do atendimento**, proporcionando maior segurança, precisão e conforto aos pacientes;
3. **Aumento da eficácia dos procedimentos**, assegurando melhores condições técnicas de trabalho para os profissionais;
4. **Redução de falhas e intercorrências**, decorrentes do uso de instrumentais apropriados, íntegros e em boas condições de uso;
5. **Continuidade do serviço público de saúde**, evitando interrupções por falta ou insuficiência de instrumentais essenciais.

### 3. Benefícios Indiretos

1. **Economicidade**, ao evitar custos decorrentes de substituições frequentes, retrabalho ou aquisição emergencial de materiais;
2. **Otimização dos recursos humanos**, permitindo que os profissionais atuem com melhores condições de trabalho, aumentando a produtividade e a qualidade dos atendimentos;
3. **Melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros**, com planejamento adequado de reposição e redução de desperdícios;
4. **Redução da demanda reprimida**, ao garantir a continuidade e regularidade dos atendimentos;
5. **Melhoria da qualidade de vida dos usuários**, com impactos positivos na saúde bucal e geral;
6. **Fortalecimento da política institucional de atenção à saúde**, com reflexos na capacidade operacional da instituição.

### 4. Impactos Ambientais Positivos

1. **Redução de resíduos**, por meio da utilização de instrumentais duráveis e reutilizáveis;
2. **Diminuição do descarte precoce de materiais**, em razão da aquisição de produtos de qualidade e maior vida útil;
3. **Uso racional de recursos**, evitando substituições frequentes decorrentes de baixa qualidade dos materiais;
4. **Incentivo a fornecedores com boas práticas ambientais**, quando disponíveis;
5. **Adequada gestão de resíduos e embalagens**, conforme a legislação ambiental vigente

## 13. Providências a serem Adotadas

1. Para assegurar que a contratação alcance plenamente os resultados esperados, é necessário que a Administração adote algumas medidas preparatórias:

1. **Designação formal da equipe de fiscalização e gestão contratual**, assegurando que os servidores designados tenham ciência das responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
2. **Capacitação mínima da equipe de fiscalização**, no tocante à verificação de conformidade do objeto, bem como ao controle do descarte correto de resíduos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 1. Impactos Ambientais e Medidas de Tratamento

1. A seguir, estão relacionados os possíveis impactos ambientais da contratação, considerando efeitos positivos e eventuais pontos de atenção a serem observados pela Administração.
2. A aquisição de **instrumentais odontológicos e cirúrgicos**, por se tratar de materiais reutilizáveis utilizados em serviços de saúde, pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao descarte de resíduos, embalagens e substituição de itens inservíveis, os quais devem ser devidamente gerenciados.

Quadro – Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Impactos Ambientais Identificados	Medidas de Tratamento/Mitigação
Geração de resíduos decorrentes do descarte de instrumentais inservíveis ou danificados	Destinação adequada como resíduo de serviço de saúde, conforme normas vigentes, priorizando descarte ambientalmente correto
Descarte de embalagens (plástico, papel, papelão e outros materiais)	Incentivo à reciclagem e destinação ambientalmente adequada, sempre que possível
Risco de contaminação ambiental por descarte inadequado de materiais utilizados em procedimentos clínicos	Adoção de protocolos de segregação, acondicionamento e descarte de resíduos, conforme a <b>RDC ANVISA nº 222/2018</b> e demais normas aplicáveis
Substituição frequente de instrumentais por baixa durabilidade	Aquisição de materiais de qualidade e maior vida útil, reduzindo a geração de resíduos
Impactos ambientais relacionados à produção e	Preferência por fornecedores que adotem boas práticas ambientais e

transporte dos produtos	processos produtivos sustentáveis, quando disponíveis
Uso inadequado ou desgaste prematuro dos instrumentais	Capacitação dos profissionais quanto ao uso, limpeza, esterilização e conservação adequada dos materiais

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

1. Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para aquisição de **instrumentais odontológicos e cirúrgicos** mostra-se **viável sob os aspectos técnico, econômico e ambiental**, conforme exposto a seguir:

#### 2. Viabilidade Técnica

1. A solução proposta atende plenamente às necessidades da Administração, considerando que os instrumentais odontológicos são essenciais para a execução dos procedimentos clínicos e cirúrgicos realizados pela unidade de saúde.
2. Os produtos são padronizados, amplamente disponíveis no mercado e atendem às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, não havendo impedimentos técnicos para sua aquisição e utilização.
3. A equipe profissional dispõe de capacitação adequada para utilização dos materiais, assegurando sua correta aplicação e desempenho.

#### 3. Viabilidade Econômica

1. A contratação apresenta-se economicamente vantajosa, considerando a ampla competitividade do mercado, com diversos fornecedores aptos a atender à demanda institucional.
2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item possibilita a seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da qualidade dos produtos.
3. Além disso, a aquisição planejada contribui para a redução de custos indiretos relacionados à interrupção dos atendimentos, substituições frequentes e aquisições emergenciais.

#### 4. Viabilidade Ambiental

1. A solução proposta observa os princípios da sustentabilidade, na medida em que prioriza a aquisição de instrumentais duráveis e reutilizáveis, reduzindo a geração de resíduos.
2. Adicionalmente, contempla medidas de mitigação de impactos ambientais, especialmente no que se refere ao descarte adequado de materiais e embalagens, conforme a legislação vigente, contribuindo para a gestão ambiental responsável.

#### 5. Conclusão

1. Dessa forma, conclui-se que a contratação é **plenamente viável e recomendável**, por atender às necessidades institucionais com qualidade, eficiência, economicidade e responsabilidade ambiental, estando em conformidade com os princípios da Administração Pública e com a legislação aplicável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SINAIDA REGO MARCELINO VALLE**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 09:33:01.*

**REJANE MARINHO DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 07:53:03.*

**ANNIE KAROLINE BEZERRA DE MEDEIROS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 08:18:50.*